

“Menor infrator”: vítima ou culpado?

O “menor” já se tornou uma questão pensada a nível nacional. A criação de instituições específicas para dar respostas a este “problema” social, recluindo ou propondo-se a recuperar e reeducar, é uma iniciativa que se firmou nas diretrizes da Funabem e das Febem, bem como na atuação das Secretarias de Promoção Social dos diferentes Estados.

O menino ou a menina, invariavelmente provenientes de família de classe baixa, a quem se atribui o nome genérico de menor, é, via de regra, referido como vítima no discurso social, quando não coloca em risco a tranquilidade da população.

Assim, nas palavras do dr. Mário Altfender e Silva, secretário da Promoção Social, em 1976, o menor é vítima:

“(…) da irresponsabilidade dos pais que o geraram e o abandonaram;

“(…) da dissolução da família e do mau exemplo dos pais;

“(…) de uma geração atribulada e muitas vezes não querida;

“(…) da subnutrição da infância, do analfabetismo e das estruturas sociais injustas que o marginalizam;

“(…) do mau contato com a polícia, muitas vezes traduzido em violências abomináveis e desnecessárias;

“(…) da incompreensão do adulto e da distorção dos meios de comunicação de massa;

“(…) da falta de preparo profissional, que o coloca na situação de subemprego permanente;

“(…) daqueles que deveriam assisti-lo nas instituições de tratamento e, mal preparados, contribuem para a maior deformação de sua personalidade.”

Nas palavras e no pensamento das pessoas em geral, quando essa criança se encontra nos orfanatos ou nas casas de assistência, ela ocupa também o lugar de vítima, merecedora de caridade e



Brasil

Medo e morte na praça

O assassinato do trombador Joilson de Jesus no centro de São Paulo divide a opinião pública e a Arquidiocese sai em sua defesa

Com um movimento ágil e agressivo, Joilson de Jesus, 15 anos, arremessou o coração de ouro de uma mulher que, distraída, assistia a uma exibição de capoeiristas no meio da tarde de sexta-feira, dia 9, no centro de São Paulo. Com o objeto roubado na mão, ele se precipitou cambaleando lentamente pela Rua Senador Paulo Egídio, em direção ao Largo de São Francisco. Mas logo se ouviu um primeiro grito: “Pega ladrão!” — prontamente repetido por dezenas de pessoas que partiram no encalço de Joilson. Poucos metros adiante, ele foi agarrado por um homem francês, o procurador do Estado Jefferson Pires de Azevedo Figueira, 54 anos, que, segundo o depoimento de testemunhas, o deturba e maneteu no solo com socos e pontadas. Cerca

de cinquenta pessoas presenciaram a captura de Joilson, e apenas algumas vozes, timidamente, tentaram deter o procurador Azevedo Figueira. Pouco após ser deturbaído, o menino morreu na calçada, frito por um bico de gás quente quase 4 horas e, nos dias seguintes, foi o pivô de mais uma acalorada polémica sobre a criminalidade e a delinqüência nas grandes cidades brasileiras.

Joilson e apenas um entre centenas de menores que circulam pelo centro de São Paulo, vivendo de pequenos furtos e levando o plano a população. Essas crianças são a ponta de um icebergue que, segundo Terézinha Saraiva, 56 anos, presidente da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), é formado por 12 milhões de menores crianças que existem hoje no Brasil. Para

integrantes da mais alta hierarquia da Igreja, a morte de Joilson transformou-se em emblema da violência que o país atualmente vive. “Temos uma esperança de que uma vítima chamada Jesus, pelo carinho da mãe, nos traga a mensagem de Jesus, príncipe da paz, para esses dias violentos que vivemos”, disse dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo.

AMONTADOIS NA ESTACAO — Há um ano, Joilson começou a ser atendido pela Pastoral do Menor da Arquidiocese de São Paulo, que lhe dava “lanhinhos” para vender nas ruas. O mais velho dos quatro filhos de Iraci Madalena de Jesus, 35 anos, Joilson costumava arrecadar cerca de 3.000 cruzeiros por dia. Com esse dinheiro, Iraci, abandonada por dois maridos, sustentava a família, pois há alguns meses deixou de trabalhar como lavadeira para poder cuidar de sua filha Eugênia, de 1 ano, que sofre de broncopneumonia. É certo, porém, que Joilson não arranjava dinheiro apenas com a venda de “lanhinhos”. Era também um ladrão, e como ladrão agiu no dia de sua morte. “Ele vendia numa pequena loja na Rua José Bonifácio”, conta o delegado Jacyr Cortesini, titular do 1.º Distrito Policial. Depois da morte de Joilson, essa loja, um local onde “trombadoras” trocam pulseiras e colares roubados por dinheiro, fechou suas portas.

“O Joilson era nosso amigo”, conta João de Oliveira Souza, 11 anos, um dos garotos que frequentam diariamente a Praça da Sé. “As vezes ele dormia com a gente por lá”. É comum o espetáculo de algumas dezenas de pequenos dormirem, amontoados, numa laje sobre a calçada do metrô da praça. João de Oliveira Souza, conhecido como “Neguinho” entre seus amigos, já esteve internado duas vezes na Fundação do Bem-Estar do Menor, e contabilizou duas passagens pelo 1.º Distrito Policial. “A Febem é muito ruim, prefiro as ruas”, explica. Apesar de ser pai estereotipado — a mãe é empregada doméstica e o



pai, carregador de pacotes num supermercado — e tem uma casa no subúrbio de Guasparos. João desistiu de estudar e raramente aparece em casa, preferindo perambular pelo centro.

Hoje, a qualquer hora do dia, atravessa a congestionada Praça da Sé em direção à Igreja. A região, que virtualmente servia de berço para São Paulo e que, até o início da década de 60, foi o pulmão financeiro da cidade e o grande centro social e cultural, entrou num processo de decadência profunda nos anos seguintes, e agora é uma espécie de terra livre permanente. Na Praça da Sé, bandos de menores maltrapilhos e agressivos se movimentam com desenvoltura. Centenas de trombadoras de vidro e em metal pulgam na fonte localizada ao lado da estação do metrô e fazem uma grande algazarra quando a polícia os caça, para reapreensão em seguida à Febem.

PROTESTO INUTIL — Joilson foi recolhido seis vezes à Febem, sempre por vagabundagem. Segundo sua mãe, ele era um “bom menino”, e foi morto injustamente. “Foi mais errado que meu filho estivesse, nin-



VEJA, 21 DE DEZEMBRO, 1983



gum pode matar uma criança a chorar”, diz Iraci. No reverso da moeda do crime está o procurador Jefferson Pires de Azevedo Figueira, advogado, formado em 1957 pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pai de quatro filhos, também considerado um “bom homem” por aqueles que o conhecem. “Ele é equilibrado, afável e muito educado”, depois José Milton Garcia, procurador-chefe do Patrimônio

gum pode matar uma criança a chorar”, diz Iraci. No reverso da moeda do crime está o procurador Jefferson Pires de Azevedo Figueira, advogado, formado em 1957 pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, pai de quatro filhos, também considerado um “bom homem” por aqueles que o conhecem. “Ele é equilibrado, afável e muito educado”, depois José Milton Garcia, procurador-chefe do Patrimônio



as determinações políticas, econômicas e ideológicas; é como se existisse apenas o indivíduo perigoso que põe em risco o cidadão trabalhador e pacato; que nos põe em risco.

O discurso social sobre o menor, tal como expresso na opinião pública, nas revistas, nos jornais, nos noticiários, parece não aguentar a situação concreta em toda a sua complexidade.

Pudemos viver isto, recentemente, quando, no centro da cidade, esses dois personagens - o cidadão e o “trombadorinha” - se defrontam. O menino Joilson de Jesus, de 15 anos, assalta um transeunte e ao fugir, correndo com uma jóia, esbarra no procurador de Estado Jefferson Pires de Azevedo, de 54 anos. Ao final de uma luta corporal, Joilson está morto. O procurador o pisoteou fatalmente. A Igreja de São Paulo, pela Pastoral do Menor e na pessoa de arcebispo d. Evaristo Arns e de bispos muito respeitados, como d. Luciano Mendes de Almeida, coerentes com sua prática social-religiosa, assume o enterro de Joilson e lidera um movimento contra a violência de que o menor é vítima. Ou seja, a Igreja permanece afirmando o lugar de vítima do menor, mesmo numa situação socialmente considerada infração.

As opiniões se dividem e os discursos surgem bastante polarizados: uns colocam-se do lado da Igreja e do menor assassinado e outros condenam tal atitude e acusam esta instituição - a Igreja - de incentivar a violência ao invés de aplacá-la.

Um editorial da revista Veja - do número 798 - elucida o argumento destes últimos. Dela destacamos alguns trechos:

“O que se torna cada vez mais duro de engolir é a tentativa permanente de grande parte da hierarquia católica em

continua na página seguinte

“Menor infrator”: vítima ou culpado?

continuação da página anterior

servir-se da miséria nacional para justificar o crime e estimular os criminosos, como vem fazendo na presente onda de violência que sacode as cidades brasileiras. Uma nova demonstração desta postura foi dada na última semana, quando o secretário-geral da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, e o cardeal de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, jogaram todo o peso de seu prestígio numa operação destinada a glorificar, como mártir, um delinquente juvenil morto no centro da capital paulista após praticar um roubo. O problema, neste e em outros casos do gênero, não está no protesto contra a maneira brutal com que os criminosos são frequentemente tratados. O problema é a Igreja querer fazer as pessoas acreditarem que alguém apanhado no ato de roubar uma corrente de um transeunte seja um bom menino e não um ladrão.”

Neste texto é evidente o pensamento que destaca a criança do contexto econômico, político e ideológico para considerá-lo, em si, um sujeito delinquente. Parece difícil prosseguir pensando e falando sobre “problemas” sociais - neste caso, sobre o “me-

nor infrator” - suportando as contradições que lhe são inerentes e a complexidade da prática de relações em que se instituem.

Ao trazer estes fatos e estas interpretações para o Jornal do CRP-06, pretendemos “remexer” nosso pensamento e, com isto, marcar uma posição, enquanto profissionais, diante deles.

Assim, sem pretender esgotar completamente a questão, mas tentando enfocá-la do ângulo que diz respeito à especificidade do nosso conhecimento - o da Psicologia - chamamos a atenção para alguns aspectos que nos parecem negados no discurso sectário e polarizado do pânico e da ameaça de segurança pessoal.

Quando o cerco se fecha e a possibilidade de sermos assaltados e agredidos por um menino desses que “fazem bico” ou perambulam nas ruas da cidade, deixamos de considerar o que significa para ele ser criado por uma família que sempre esteve à margem do modelo de relação e de vida que se apresenta a todos - inclusive a ela - como o bom, como o ideal em sua cultura ou grupo social; deixamos de considerar o que significa para a criança a vivência nesta ou desta marginalidade; que imagem pode ela

construir a respeito do seu lugar, do seu valor, da sua importância, assim como do lugar, do valor e da importância dos outros na relação que vive; que significado terá o afeto, o carinho, a “consideração pelo outro”?

A inclusão dessas e de outras questões nas nossas interpretações sobre os fatos nos desarmaria para afirmar linearmente a culpa pelo ato de assaltar. Não deixá-las de lado, coloca-nos diante de uma estrutura que desfoca, que apaga, os limites certos entre o cidadão pacato e correto e o infrator de natureza marginal, para continuarmos considerando estes “atos” como engendrados numa instância que está além dos limites do imediato.

E este é o terrível impasse entre continuar, inevitavelmente, vivendo o medo pessoal do ataque e abandonar um julgamento onipotente sobre a realidade.

Jornal agora é mensal

Desde a edição de novembro, o “Jornal do CRP-06” passou a ser editado mensalmente, antecipando-se em dois meses a data estabelecida pela Assembléia Geral realizada em setembro de 1983, que estabeleceu esta nova periodicidade a partir desta edição. Ao lado desta alteração e de modificações gráficas e editoriais, o “Jornal do CRP-06” passou a ser expedido, desde dezembro, em envelope plástico, garantindo uma sensível redução em seu custo de expedição. Também desde novembro está sendo utilizada a franquia postal em substituição à selagem manual (reduzindo preços) e instituída a “devolução garantida” (que permite identificar os destinatários não encontrados por mudança de endereço ou endereços incompletos ou errados).

Ao lado dessas medidas, de responsabilidade do CRP-06, cabe ao psicólogo a sua parte: manter informada a sua entidade das modificações ocorridas em seu endereço, residencial ou comercial. Se esta necessidade de informação já está existindo, utilize-se do cupom abaixo e encaminhe-o para o CRP-06. Se preferir, transcreva os dados em uma folha à parte.

Saúde Mental: A urgência de uma nova política

“Da unha do pé ao conflito.” Com estas palavras, Darci Neves dos Santos, Assessora da Diretora da Divisão de Ambulatórios de Saúde Mental, sintetiza o que o Governo deve oferecer como saúde à comunidade. Insere, de uma vez por todas, a Saúde Mental dentro da Saúde Pública, não mais colocando-a como algo à parte ou como uma especialidade marginalizada. Embora a Saúde Mental seja uma especialidade, ela tem um nível de resolução no nível básico em Centro de Saúde.

Atender à comunidade “da unha ao conflito” implica mudanças profundas no sistema de atendimento na Saúde, ao âmbito do Estado:

— Exigirá a mudança da mentalidade, quer da

nossa população, quer dos profissionais, quanto ao encaminhamento do “doente mental”, cuja internação no hospital será o último recurso. Antes deste, ele terá recebido atendimento a nível de Centro de Saúde e de Ambulatório. Neste último, onde a especialidade está mais presente, há possibilidade de sofisticar mais o atendimento, com uma equipe multidisciplinar maior para evitar a cronificação e a internação do “doente mental”.

— Exigirá a atuação de uma equipe multidisciplinar, formada por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, cuja preparação deverá atender a esta nova política em Saúde.

Se nós, psicólogos, olhando nossa população desassistida, entendermos a urgência de ação dentro dessa nova política de saúde, poderemos até lutar pela abertura do concurso. Antes deste concurso, há que se ter a garantia da implantação dessa nova política em benefício da nossa comu-

nidade. Isto coloca as 91 vagas para psicólogos como consequência de uma nova consciência, quer da população, quer da categoria, quanto à saúde mental, além de ser um novo campo de trabalho.

Não podemos, portanto, entender a resposta (91 vagas) sem conhecer a questão.

Algumas pessoas, há algum tempo, já refletem sobre essa situação: a extrema carência da população no atendimento da Rede Básica, especialmente no aspecto psicológico. Tais reflexões culminaram com um projeto criando equipes multidisciplinares (psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais), conforme informação prestada no número anterior deste jornal.

Enquanto psicólogos, urge que conheçamos a história desse projeto para dele fazer parte. Sua implantação marcará uma evolução na saúde de nossa população e na história de nossa categoria.

Evidentemente: isto terá um preço!

Situação de Uberlândia repete-se em Assis

O CRP-06 recebeu uma “Nota à Imprensa e ao Público” assinada por diversas entidades (Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Conselho de Diretores da Universidade Federal de Uberlândia, DCE/UFU, UTE, Pastoral Operária e pelos partidos políticos PMDB e PDT), relatando os acontecimentos que culminaram com a demissão de oito docentes do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. A nota faz referência aos procedimentos adotados pelos dirigentes daquela Universidade, relatando irregularidades e ilegalidades, como a realização de sindicância sem que os interessados tivessem direito a defesa ou acesso aos autos.

Em Assis, onde o CRP-06 possui instalada uma Delegacia, a situação se repete. O delegado do Conselho Regional de Psicologia nessa cidade relata que atualmente alunos, professores e funcionários da UNESP estão sendo ameaçados por uma sindicância idêntica à utilizada na

UFU, por terem realizado um movimento de escolha de diretor da escola pela própria comunidade universitária. Este caso é mais um, na história recente da universidade brasileira, marcada por atos arbitrários e pela violência, física ou moral.

O desrespeito aos estatutos universitários são cometidos muitas vezes por aqueles que deveriam garantir o seu cumprimento. Outro procedimento comum tem sido o da transgressão premeditada da legislação, quando se trata de coibir qualquer avanço na luta pela democratização das instituições universitárias; assim, uma demissão ilegal, mesmo que venha a ser reparada futuramente pelo Poder Judiciário, significa um golpe político imediato sobre aqueles que lutam contra o autoritarismo.

Ao receber a nota proveniente de Uberlândia, o CRP-06 mantém sua solidariedade aos colegas daquela cidade mineira e a todos os que venham a ser ameaçados pelos mesmos motivos.

ERRATA

O Jornal do CRP-06 errou duas vezes na última edição. A primeira, ao mencionar erroneamente o nome do secretário de Administração da Prefeitura de S. Paulo, Adilson de Abreu Dallari, e não Milton Dallari, como foi publicado. Milton Dallari é da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (órgão federal). A segunda vez, ao tratar das denúncias anônimas por parte dos psicólogos. A notícia refere-se à Comissão de Fiscalização, e não à Comissão de Ética, como foi publicada.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6.ª REGIÃO

Conselheiros: Álvaro Trujillo, Antônio Waldir Biscaro, Carlos Afonso Marcões Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Deniréa Pérola A. Paoli Macário, Elizabeth Batista Pinto (licenciada), Heloisa Szymanski Ribeiro Gomes, Jane Persinotti Trujillo, José Paulo Correia de Menezes, José Sollero Neto, José Sterza Justo, Lorivam Lopes, Luiz Carlos Rodrigues de Lima, Maria de Fátima Menezes Ventura, Maria Inez Nunes Romero, Maria Rosa Cavazzani, Marinilza da Costa Moreira da Silva, Marisa Oliveira Sanovicz, Marlene Guirado, Mirsa Elizabeth Dellorsi, Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Nanci Bühler Letáif, Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos, Selma de Souza Bastos, Sílvia Leite da Silva, Sueli Duarte Pacifico, Tânia Maria José Aiello Tsu, Vânia Ghirello Garcia, Vera Regina Lignelli Otero e Yvonne Gonçalves Khouri.

Sede - São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - Fone (011) 212-8111. **Delegacias - Assis:** Rua Marechal Deodoro, 123, conj. 11 (Conjunto Marechal) - **Bauri:** Rua Batista de Carvalho, 4-33, 8.º andar, conj. 808 - Fone (0142) 22-3384 - **Campinas:** Av. Dr. Moraes Sales, 1.212, 2.º andar, sala 22 - Fone (0192) 32-5397 - **Campo Grande:** Rua Dom Aquino, 1.354, sala 97 - Fone (067) 382-4801 - **Cuiabá:** Av. Tenente Coronel Duarte, 565, conj. 203 - Fone (065) 322-6902 - **Lorena:** Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9 (Galeria do Hotel Colonial) - **Ribeirão Preto:** Rua Cerqueira César, 481, 3.º andar - Fone (016) 636-9021 - **Santos:** Rua Oton Feliciano, 2, conj. 53 - Fone (0132) 4-6293.

Jornal do CRP-06

O **Jornal do CRP-06** é o órgão de orientação do exercício profissional, publicado mensalmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6.ª Região. **Comissão de Divulgação:** Sueli Duarte Pacifico e Maria Rosa Cavazzani. **Editor:** Elísário E. do Couto (MTB 8.226). **Redação:** Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10.º andar - telefone (011) 212-8111 - 01452 - São Paulo. **Composição, fotolitos e impressão:** DCI - Indústria Gráfica S.A. **Tiragem:** 17.000 exemplares.

Cole aqui a etiqueta de endereçamento existente no envelope plástico

DADOS ATUALIZADOS

NOME: _____

_____ INSCRIÇÃO NO CRP-06: _____

CIDADE: _____ CEP: _____

DATA: _____

ASSINATURA

Sindicato discute remuneração e propõe salário mínimo profissional

Uma série de questões relacionadas com a baixa remuneração dos psicólogos foram colocadas em um documento recentemente distribuído pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, com o objetivo de gerar a discussão e a formulação de uma proposta conjunta de anteprojeto de salário mínimo profissional, a ser discutida em nível nacional.

O documento divulgado pelo Sindicato, após apresentar os conceitos de trabalhador autônomo e do empregado assalariado, com características bem definidas, constatou uma realidade total-

mente diferente das definições: profissionais com "registro de autônomo" trabalhando em regime de assalariamento, com salários aviltantes e até mesmo sem remuneração. "Vários fatores — diz o documento — parecem configurar esta situação: o mercado de trabalho restrito; a falta de mobilização da categoria; muitas vezes a falta de esclarecimento do próprio profissional; a ausência de uma legislação específica para o trabalho do psicólogo assalariado, ou seja, o salário mínimo profissional."

Esta remuneração mínima estabelecida por

lei já existe para algumas categorias profissionais, entre eles as dos jornalistas, engenheiros, arquitetos e médicos. Outras categorias, a exemplo da dos psicólogos, também se estão mobilizando para verem estabelecidos os seus salários mínimos profissionais. Entre as propostas sugeridas por este documento, está a fixação do valor do salário mínimo profissional em seis vezes o salário mínimo da região, para uma jornada de quatro horas de trabalho diário. O estudo também sugere jornada máxima diária de oito horas e o cálculo da remuneração por jorna-

das inferiores a quatro horas diárias com base no salário mínimo profissional acrescido de 75%. As condições e remuneração de horas extras, viagens e deslocamentos para outras cidades são também analisadas no documento.

O mesmo documento discute a fixação dos valores a serem cobrados para atendimento individual ou em grupo, e para assessoria às áreas educacional ou organizacional, entre outras, quando se tratar de profissional autônomo.

Os interessados em conhecer detalhadamente

as considerações deste documento devem dirigir-se ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, situado no mesmo prédio do Conselho Regional de Psicologia, porém no 2.º andar.

Lá também poderão obter outras informações sobre as atividades desenvolvidas pela entidade sindical neste aspecto específico e em outros temas que dizem respeito diretamente à categoria.

DEPOIMENTO

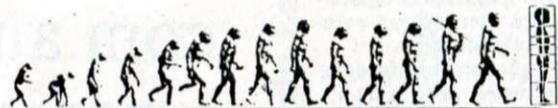
Rolfing: integração estrutural.

Pouco conhecido no Brasil, o Rolfing é uma abordagem terapêutica moderna de integração psicofísica. Fruto de cinquenta anos de estudos e pesquisas de Ida P. Rolf, Ph.D. pela Universidade de Colúmbia, esta metodologia foi recentemente introduzida no Brasil por psicólogos que se especializaram no Rolf Institute, Colorado (Estados Unidos), órgão responsável pelo ensino, pesquisa e desenvolvimento do Rolfing.

Filosoficamente, Rolfing — integração estrutural — parte de um ponto de vista monístico, ou seja, corpo e mente são duas manifestações de uma mesma entidade. Somos um agregado de sistemas que se inter-relacionam, onde o todo é mais que a simples soma das partes. A relação entre nossos diferentes sistemas forma nossa estrutura. Estrutura é, portanto, relação entre partes no espaço, sendo que cada parte tem sua especificidade, mas só tem sentido se considerado o todo no qual se insere.

A uma dada estrutura correspondem possibilidades comportamentais específicas. Por exemplo, se tenho o peito fechado, portanto com pouca possibilidade respiratória, tendo a ter mais angústia e menor vitalidade.

Sabemos que todas as



nossas vivências, tensões, frustrações etc. estão impressas em nosso corpo, afetando sua estrutura, organizando-a ou desorganizando-a. A metodologia do Rolfing propõe-se a reorganizar a estrutura corporal baseada em sua plasticidade. Atua na direção de restabelecer sua organização básica em torno de um eixo central, integrando os diferentes sistemas através da manipulação do tecido conjuntivo. Com pressões na superfície externa do corpo, altera-se a relação entre suas partes, bem como a forma do todo.

Os diversos elementos que compõem a nossa estrutura são interligados por tecido conjuntivo, que permeia todas as células e sistemas do organismo, unindo-os, discriminando-os e sustentando-os. É o tecido conjuntivo que, ao mesmo tempo, define os espaços ocupados pelos diferentes sistemas e dá forma ao corpo.

Para exemplificar, podemos imaginar que o corpo é um saco de jérsi dentro do qual estão todos os seus componentes, também envoltos em

jersei. E como se fosse uma malha: há uma relação contínua entre o invólucro externo e os invólucros de cada uma das partes. Uma interferência em qualquer ponto desta malha acarreta mudanças nas demais partes da mesma.

Somos vida na terra e, portanto, sujeitos à força gravitacional, que afeta nosso equilíbrio e funcionamento fisiopsicológico. Por razões de evolução da espécie, história física, emocional e condições culturais, nosso corpo, devido à sua condição plástica, cria uma adaptação, muitas vezes compensatória.

O "design" humano apresenta uma possibilidade de organização estrutural balanceada em relação à linha gravitacional. Qualquer força que o afaste deste arranjo provoca compensações em todo o sistema, criando, portanto, comportamentos específicos compensatórios.

Sistematizado em dez sessões básicas, o Rolfing possibilita mudanças na estrutura do indivíduo, de forma organizada, trabalhando todas

as relações do corpo. Com essas dez sessões ocorre uma primeira reorganização estrutural.

A manutenção das mudanças acarretadas pelo Rolfing ocorre porque padrões de comportamento diferentes mantêm a estrutura modificada e viabiliza a assimilação e as transformações resultantes dessa mudança.

Uma vez assimiladas essas transformações, o cliente pode submeter-se a outras sessões "avanzadas", que representam uma nova etapa em sua integração estrutural.

Rolfing trabalha em dois níveis: terapêuticamente, atuando sobre a couraça muscular do caráter, trazendo consciência proprioceptiva, alterando-a. Num segundo nível, profilaticamente, oferecendo condições vivenciais diferentes, mais organizadas e integradas. Atua a nível sensorial e provoca transformações emocionais, possibilitando mudanças psicológicas no indivíduo, embora não seja um processo de elaboração de conteúdos emocionais, a nível verbal.

Uma estrutura balanceada possibilita um fluxo energético mais livre e contínuo, dando ao indivíduo maior consciência de si mesmo, vitalidade e energia e, conseqüentemente, maior facilidade para lidar de maneira adequada consigo mesmo e com o outro.

Anote...

No Rio, curso de especialização em Psicologia do Trabalho

Os psicólogos formados e registrados em seu Conselho profissional têm prazo até 29 de fevereiro para efetuar suas inscrições para o Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho, realizado pelo Centro de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto Superior de Estudos e Pesquisas Psicossociais - ISOP (da Fundação Getúlio Vargas). Coordenado pelo prof. Wedher Modenezi Wanderley, ele será realizado em três períodos: de 2 de abril a 13 de julho e de 1.º de agosto a 14 de setembro deste ano e de 2 de abril a 12 de julho do próximo ano, totalizando 400 horas-aula (3 horas-aula, três vezes por semana, das 19h30 às 22h).

Este curso tem como objetivo preparar, a nível de pós-graduação, especialistas capacitados na aplicação de métodos e princípios de psicologia ao estudo e solução de problemas referentes ao comportamento humano no trabalho, desenvolvendo procedimentos específicos para a tomada de decisões nas áreas de Seleção e Classificação de Pessoal, Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal, Avaliação de Desempenho; Cargos, Salários e Incentivos e Desenvolvimento Organizacional.

Para a matrícula são exigidos diploma ou registro de psicólogo, currículo e três fotos 3x4. A taxa de inscrição é de Cr\$ 5.000,00, a matrícula custa Cr\$ 80.000,00 e as mensalidades (treze parcelas) são de Cr\$ 50.000,00.

Maiores informações devem ser solicitadas ao Centro de Pós-Graduação em Psicologia (Praia do Botafogo, 190 - sala 1.108, telefone 551-1542, ramal 269, das 14 às 19h), no Rio de Janeiro.

Inscrições abertas para os cursos de Psicodrama Terapêutico e Pedagógico

A Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama está abrindo inscrições para seleção de novas turmas para seus cursos de formação em Psicodrama Terapêutico e Pedagógico. Criada há mais de quinze anos, esta associação foi a pioneira na introdução do Psicodrama no Brasil e é membro-fundador da Federação Latino-Americana de Psicodrama, além de filiada à FEBRAP. Entre seus objetivos estão a formação profissional e o desenvolvimento, pesquisa e divulgação do Psicodrama no Brasil.

O curso de Psicodrama Terapêutico exige como requisito essencial a formação completa em Psicologia e tem duração de quatro anos, com estágios supervisionados, enquanto o de Psicodrama Pedagógico (2 anos de duração) solicita, além da formação completa em Psicologia, também experiência profissional. Para ambos os cursos a taxa de inscrição é de 5 mil cruzeiros, com exame realizado em 28 de janeiro. As inscrições estarão abertas até a véspera do exame, na Rua Eça de Queiroz, 661 - Vila Mariana, das 17 às 20h. Os interessados poderão obter informações adicionais com Sandra, pelo telefone (011) 570-9466.

CRP ESTIMULA CONTATOS

Estudantes, recém-formados e profissionais organizados representam hoje áreas prioritárias, que estão merecendo toda a atenção por parte do CRP-06. Para atendê-las, especificamente, foi necessária a criação de uma comissão especial, a de Contatos, voltada para a promoção da integração destes profissionais (ou futuros profissionais) de Psicologia.

Na área estudantil, esta Comissão iniciou sua atuação com a realização de palestras, particularmente para alunos do 5.º ano, em atendimento a solicitações das Faculdades de Psicologia. Nesses encontros, os estudantes são informados sobre a estrutura, as funções e a atuação do CRP-06, sobre o espaço político que ocupa ao lado do Sindicato dos Psicólogos e outras associações profissionais e sobre a forma de participação dos estudantes, tendo em vista o seu ingresso futuro na categoria. Até o momento, foram realizadas palestras nas Faculdades

ou Departamentos de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, das Faculdades Integradas Braz Cubas, da Faculdade Paulista e em Lorena. O ritmo destas palestras deverá ser intensificado durante o ano de 1984, já a partir do início do ano letivo.

A atuação em relação aos recém-formados está sendo precedida da preparação de recursos necessários para colocar em funcionamento o programa. Um manual de iniciação, com informações completas e detalhadas sobre o CRP e suas funções; sobre a atuação das Comissões e a forma de nelas participar ativamente; sobre a legislação que norteia a atividade do psicólogo e ainda com outras informações de interesse do novo profissional, está sendo preparado. Sua conclusão é prevista para o mês de março, quando o fluxo de novas inscrições é fortemente incrementado.

Para este atendimento, um intenso trabalho de

preparação está sendo realizado com os funcionários do CRP-06 - sede e delegacias - já que são estes que têm o contato direto e rotineiro com os profissionais.

Ao lado desta preparação, será alterada a sistemática de entrega dos documentos de inscrição no CRP-06. Esta entrega passará a ser realizada em pequenas reuniões, programadas para diversos horários e dias, para não atrapalhar os afazeres normais do novo profissional. Neste primeiro encontro do profissional com o CRP-06, serão apresentadas questões relativas a postura profissional que deve ser adotada, serão discutidas a atividade profissional e os problemas éticos que a cercam e também uma análise de situações problemáticas e suas formas de agir. Todas as reuniões serão abertas ao debate e à discussão. A implantação desta nova sistemática será simultânea à implantação do manual de iniciação.

A terceira frente de atuação do CRP-06 está voltada para os psicólogos organizados. Esta alternativa foi escolhida em razão da inviabilidade do contato individualizado, em razão das

grandes dimensões da categoria. Os primeiros encontros já estão sendo feitos e a intenção é a de estimular grupos de psicólogos para aglutinação em entidades por área de atuação. Algumas reu-

niões já foram realizadas na sede do CRP-06, envolvendo entidades já existentes ou grupos interessados em sua formação, para troca de idéias e questionamento de objetivos.

Psicologia organizacional: qual é o papel desta comissão?

A área organizacional é, com certeza, a menos definida em termos de Psicologia. Até pouco tempo, a atuação do psicólogo nas empresas era vista como essencial apenas e tão-somente na seleção de pessoal. Hoje, esta área de atuação está sendo ampliada e, nesta fase de transição, ainda resta muito espaço a ser conquistado, tanto na busca de espaços específicos dos psicólogos, como naqueles compartilhados com outras categorias profissionais.

O que está acontecendo com estes profissionais, nesta fase de transição e como o CRP-06 pode ajudar nesta conquista de espaço? É com este pensamento em mente que a Comissão de Psicologia Organizacional do CRP-06 está tentando definir o seu papel. A comissão quer estimular os encontros de profissionais da área para discutir este assunto. Para isso, as entidades já organizadas, onde a presença do psicólogo é dominante (chegando, às vezes, até a 80 ou 90% dos associados), começam a ser mobilizadas.

Pelo menos oito reuniões foram realizadas na sede do CRP-06, com representantes dessas entidades, para a definição da questão. Além delas, a Comissão de Psicologia Organizacional participou, com palestras e debates, do IV Simpósio de Psicologia do Trabalho (patrocinado pelas Faculdades São Marcos) e do Encontro Regional de Psicologia Organizacional da Região de Campinas e esteve presente no Encontro de Recursos Humanos patrocinado pela SEZOE.

A partir desses encontros, foram definidas quatro propostas para 1984: a organização de grupos de debate; a reali-

zação de encontros regionais ou nacionais dos psicólogos da área organizacional; a discussão da ética na área organizacional; e o aprofundamento

da visão da legislação trabalhista em relação à Saúde Mental, um tema até agora pouco lembrado nas discussões de psicólogos organizacionais.

S. PAULO

Prefeitura propõe equiparação com aumentos parcelados

O prefeito de São Paulo apresentou sua primeira proposta concreta em resposta à luta pela equiparação salarial, encetada pelos psicólogos da Prefeitura de São Paulo e por outras categorias profissionais de nível universitário também prejudicadas por uma medida de fim de gestão do então prefeito Salim Curiati, que concedeu um adicional de 50% apenas aos médicos.

A proposta do prefeito Mário Covas, ao concordar com a reivindicação é a eliminação desta defasagem no prazo de dois anos, através da concessão de aumentos semestrais, em março e outubro de cada ano, de 12,5%. Ao apresentar esta proposta, alegou a falta de disponibilidade financeira da Prefeitura para atender imediatamente à reivindicação.

Os profissionais universitários prejudicados com aquela medida da gestão anterior ainda não decidiram se aceitam ou não a proposta, o que deverá ocorrer em reunião ampla com os envolvidos. O CRP-06 está acompanhando atentamente a questão e participando de todas as reuniões.

Zona Leste prepara Segundo Encontro

O II Encontro de Saúde Mental da Zona Leste deverá ser realizado durante o mês de março deste ano. A confirmação da data depende da finalização do documento que está sendo elaborado por uma comissão formada por ocasião do I Encontro, com análises e reivindicações a serem apresentadas às autoridades governamentais. Antes deste encaminhamento, ele será apresentado para discussão, por ocasião deste segundo Encontro.

A primeira reunião ocorreu em 19 de novembro, com a participação de profissionais ligados à Saúde e Educação, tanto do Estado como da Prefeitura de São Paulo, além de representantes de movimentos de bairro, de clubes de mães e de diversas associações.

Anuidade de 1984: novas informações

Todas as guias para pagamento de anuidade de 1984 ao CRP-06 já foram expedidas e deverão estar chegando às mãos dos psicólogos no mesmo tempo em que este jornal estiver sendo recebido. O pagamento poderá ser efetuado a vista, com 10% de desconto sobre o valor marcado ou ainda fracionado em três parcelas, sem o desconto. As datas de vencimento, nas duas situações, estão marcadas na própria guia.

A existência de débitos anteriores está também mencionada na Guia de Recolhimento; porém seu valor não está incluído no valor a pagar. Isto significa que o psicólogo pode efetuar normalmente o pagamento de 1984 e, em seguida, dirigir-se à sede ou a uma das delegacias do CRP-06 para inteirar-se dos valores em atraso e obter nova guia para esse pagamento. Se o pagamento já foi efetuado (ocorreram, em anos anteriores, erros bancários que impossibilitaram a identificação do psicólogo) basta enviar, pelo

correio ou pessoalmente, cópia xerográfica legível do comprovante de pagamento em seu poder.

O recebimento de guias por psicólogas casadas e que não alteraram seu nome no cadastro do CRP-06 não impede o pagamento da guia com o nome de solteira. Recomenda-se apenas a urgente atualização de dados junto à administração do CRP-06. Já a eventual troca de guias, durante o processo de expedição, obriga ao comparecimento à entidade, para obtenção de nova via do documento.

Em relação ao envio de Ordens de Pagamento, a administração do CRP-06 complementa as informações publicadas na última edição: quando de seu envio através do Banco do Brasil, para crédito do CRP-06 na agência Metropolitana Paulista (conta corrente 74.100-0), além do nome do psicólogo, devem ser também mencionados a inscrição do CRP-06, o endereço do psicólogo e a identificação da remessa

(pagamento de anuidade ou parcela de anuidade de 1984).

Contribuição sindical

Juntamente com a guia do CRP-06, os psicólogos também estão recebendo outra guia, destinada ao recolhimento da Contribuição Sindical, obrigatória por lei. Este documento está sendo expedido pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (e apenas aos psicólogos domiciliados no Estado de São Paulo), através de um acordo efetuado com o CRP-06. Após preenchido, deverá ter sua taxa recolhida até 28 de fevereiro impreterivelmente. Este recolhimento independe de o psicólogo ser ou não sindicalizado. Informações adicionais sobre esta contribuição sindical deverão ser obtidas diretamente no Sindicato dos Psicólogos (Av. Brig. Faria Lima, 1.084 - 2.º andar - tel. 211-4131). O CRP-06 não tem condições de prestar nenhum tipo de esclarecimento a esse respeito.